



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23386.10210-50

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.294, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que *dispõe sobre a caracterização de símbolo e sua utilização para assegurar garantias às pessoas com deficiência sensorial monocular, denominado Símbolo Nacional de Acessibilidade à Pessoa com Visão Monocular.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 3.294, de 2021, que propõe o uso de um símbolo e sua utilização para assegurar garantias às pessoas com deficiência sensorial monocular.

Para tanto, em seu art. 1º, a proposição institui o “Símbolo Nacional de Acessibilidade da Pessoa com Visão Monocular”, cujo desenho anexa à proposição. A seguir, em seu art. 2º, o PL obriga à aposição do símbolo

“em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiências e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.”

O art. 3º segue qualificando a aposição do símbolo (em local visível ao público) e veda qualquer alteração na forma do símbolo aprovado. Em seu art. 4º, a proposição veda o uso do símbolo para quaisquer finalidades



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23386.10210-50

diversas daquelas que estabelece no art. 2º. Por fim, seu art. 5º põe em vigor imediatamente lei que de si porventura resulte.

Em suas razões, o autor chama a atenção para as deficiências ocultas ou invisíveis (auditivas, visuais ou cognitivas) e propõe, assim, a adoção de símbolo desenvolvido em 2017 pelo Instituto Nacional da Pessoa com Visão Monocular, em que uma pessoa tapa um dos olhos.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A análise da matéria é regimental em face do disposto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que prevê o exame desta Comissão de matéria referente às pessoas com deficiência.

Tampouco se enxerga óbice de constitucionalidade.

Vemos, também, mérito no intento do autor de chamar a atenção para as deficiências ocultas ou invisíveis. É isso que se espera de uma sociedade inclusiva. A visão monocular é uma deficiência que não aparece para os outros, mas que limita os que a possuem, causando-lhes dificuldades com noções de distância, profundidade e espaço, o que prejudica sua coordenação motora e, conseqüentemente, o equilíbrio.

Garantir um sinal de identificação que possibilite aos seus usuários usufruir de mecanismos adequados de serviços, acesso e circulação é justo e necessário a uma sociedade que pretenda ser mais humana e integrativa.

Além disso, a incorporação do símbolo trará conscientização sobre a visão monocular e suas particularidades, além de promover a inclusão em produtos e lugares para pessoas com deficiência oculta, neste caso, a visual.



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/23386.10210-50

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.294, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator